

PUBLICAÇÃO EXPRESSA

# NOTA TÉCNICA

Dinte

Nº 72

Diretoria de Estudos Internacionais

## AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO UMA VISÃO ANTECIPADA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2024

**Autor:** Antonio Lassance  
Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria Internacional do Ipea.

**Produto editorial:** Nota Técnica  
**Cidade:** Brasília/DF  
**Editora:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)  
**Ano:** 2024  
**Edição:** 1ª  
**DOI:** <http://dx.doi.org/10.38116/ntdinte72-expressa>

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

# **ipea**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidenta**

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

#### **Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

#### **Diretor de Estudos Internacionais**

FÁBIO VÉRAS SOARES

#### **Chefe de Gabinete**

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

#### **Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social**

GISELE AMARAL

**Ouvidoria:** <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

**URL:** <http://www.ipea.gov.br>

# **AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO: UMA VISÃO ANTECIPADA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2024**

## **SINOPSE**

Esta Nota atualiza, para o mês de setembro de 2024, o levantamento prospectivo que antecipa o calendário de eventos e as agendas político-institucionais do Estado brasileiro. Ao final, é feita uma análise que consolida as agendas mais salientes para o mês.

Os maiores destaques ficam por conta das campanhas eleitorais municipais, quanto ao peso maior ou menor que podem assumir as agendas patrocinadas pelo extremismo; o prolongamento e agudização dos riscos de insegurança hídrica, principalmente nas regiões Norte e em parte do Centro-Oeste e Sudeste; as discussões sobre nova política de modernização das tarifas de energia elétrica e de uma reforma do sistema elétrico; além de uma conjunção de eventos que impactam diretamente os rumos da política fiscal, monetária e de aceleração do crescimento.

**Palavra-chave:** formação de agenda; mapeamento de atores; análise de políticas públicas; instituições políticas; 2024.

**JEL:** Z18; D72; H83.

## **ABSTRACT**

This Note updates the prospective survey for September 2024, anticipating the Brazilian state's event calendar and political-institutional agendas. The conclusion consolidates the analysis of the most prominent agendas for the month. The main highlights include the municipal political campaigns and the varying influence they may have on agendas driven by extremism; the ongoing and intensifying risks of water insecurity, particularly in the North, as well as parts of the Central-West and Southeast regions; discussions on a new policy for modernizing electricity tariffs and reforming the electrical system; and a combination of events directly impacting the direction of fiscal, monetary, and growth acceleration policies.

**Keywords:** Agenda-setting; actor mapping; policy analysis; political institutions; 2024.

**JEL:** H11; Z18; D72; H83.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho atualiza, para o mês de setembro, o levantamento prospectivo que antecipa as agendas político-institucionais do Estado brasileiro, publicado anteriormente no Texto para Discussão 3012, do Ipea. A teoria e metodologia que fundamentam este estudo estão expostas no Textos para Discussão 3011 (Lassance, 2024a). O Texto para Discussão 3012 (Lassance, 2024b) apresenta o calendário mês a mês. E o Texto para Discussão 3013 (Lassance, 2024c) consolida a análise do quadro político-institucional, a partir dessas agendas de políticas públicas. Esta nota, portanto, segue os mesmos fundamentos teóricos e metodológicos já apresentados em trabalhos anteriores, além de resgatar algumas das análises já feitas, apenas atualizando o calendário e indicando, na análise, outras questões de maior saliência para o próximo mês.

Os maiores destaques ficam por conta das eleições municipais, quanto ao peso maior ou menor que podem assumir as agendas patrocinadas pelo extremismo; o prolongamento e agudização dos riscos de insegurança hídrica, principalmente nas regiões Norte e em parte do Centro-Oeste e Sudeste (os mesmos apontados no levantamento anterior, mas agora com o agravamento decorrente das queimadas em larga escala havidas em agosto); as discussões sobre nova política de modernização das tarifas de energia elétrica e de uma reforma do sistema elétrico; além de uma conjunção de eventos que impactam diretamente os rumos da política fiscal, monetária e de aceleração do crescimento.

O trabalho se destina a dirigentes e gestores dos três Poderes e também a organizações civis interessadas em uma visão antecipatória dos eventos do calendário político-institucional e em uma análise que sintetize as agendas que se formam ou consolidam-se a partir dessas iniciativas das organizações do Estado.

Conforme explicado no Texto para Discussão 3012:

"Como as agendas de política pública estão sujeitas a uma série de fatores e contingências—essas sim, imprevisíveis—, as datas aqui estimadas de ocorrência de cada evento podem e normalmente sofrem alterações. A partir da decisão de agentes públicos que ocupam posições centrais (dirigentes), essas datas aqui registradas preliminarmente, com base nos resultados da prospecção feita até a data desta publicação, podem ter sido alteradas ou mesmo suspensas, logo após a publicação deste trabalho." (Lassance, 2024b, p. 5)

## 2 CALENDÁRIO

### Setembro de 2024

#### Data - Evento

1º

- A partir desta data, todos os pedidos do BPC que sofreram mudanças no registro cadastral e apresentaram sinais de inconsistência devem ser submetidos a uma verificação biométrica. Isso é determinado por uma portaria do MDS e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

2

- Prazo final (iniciado em 26 de agosto) para o pagamento do programa Pé de Meia às pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 15 de junho de 2024, com renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo, que se matricularam no ensino médio e que tiveram suas contas abertas pela Caixa Econômica Federal até 26 de agosto. Esse primeiro pagamento incentiva as matrículas. Estudantes da educação de jovens e adultos (EJA) que cumprem esses mesmos critérios também passam a ser contemplados com o benefício.

3

- IBGE divulga dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (PIB). Período de referência: 4/2024 A 6/2024 (IBGE, 2024).

4

- IBGE divulga a Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil, período de referência: 7/2024.

6

- IBGE divulga dados do Censo Demográfico 2022: Tipos de domicílios coletivos, improvisados, de uso ocasional e vagos: Resultados do universo.

7

- Dia da Independência do Brasil e Grito dos Excluídos. O dia 7 de setembro tornou-se também data de referência para manifestações de extrema-direita.

8

- Data limite para que candidaturas de mulheres e negros recebam recursos para a campanha eleitoral.

9

- Semana de esforço concentrado no Congresso para a votação de matérias durante o calendário das eleições municipais (dias 9 a 13). Entre as matérias ainda pendentes e ainda sem perspectiva de votação está a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.
- Grupo de trabalho Startup20 reúne em São Paulo startups e empresas de tecnologia para propor a dinamização desse setor, em especial suas pequenas e médias empresas.

10

- Sessenta anos de criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (criado em 1964 como Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada).
- Vinte anos da criação do Programa Universidade para Todos (Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004).
- Agricultores e cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul têm este dia 10 para solicitar descontos e renegociações com as instituições financeiras. O governo reservou R\$ 1,8 bi para abater dívidas desses produtores rurais, conforme o Decreto 12.138, de 2024.
- Prazo previsto para o encerramento de teste piloto do sistema de defesa civil que alerta para situações de risco envolvendo barragens, em 11 municípios brasileiros nas regiões Sul e Sudeste.
- IBGE divulga Índice Nacional de Preços ao Consumidor e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Período de referência: 8/2024.

11

- IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Serviços. Período de referência: 7/2024.

- Prazo final estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal para que o Congresso vote projeto de lei que reestabeleça a reoneração gradual da folha de pagamento. A proposta, já aprovada no Senado e remetida à Câmara, prevê a volta gradual, a partir de 2025, da cobrança de imposto previdenciário sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e municípios com até 156 mil habitantes.

12

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Agricultura do G20 (dias 12 e 13, Cuiabá-MT). Representam o Brasil no Grupo os ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa), do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
- IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Comércio. Período de referência: 7/2024.

13

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Economia Digital (Maceió-AL). Representam o Brasil no grupo representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério das Comunicações (MCOM); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM); Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- IBGE divulga a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Turismo 2023.

16

- Data limite para o TSE analisar e julgar os registros de candidaturas a prefeito e vereador(a).
- O Ministério do Trabalho divulga o Relatório de Transparência Salarial. O Relatório é uma exigência da Lei da Igualdade Salarial (Lei no 14.611), de 2023, e verifica em que medida homens e mulheres recebem ou não a mesma remuneração quando executam uma mesma função ou o mesmo tipo de atividade laboral.

17

- Reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (dias 17 e 18).
- Prazo final de presença da Força Nacional no Rio Grande do Sul. Há quase quatro meses, a Força Nacional de Segurança Pública está no Estado em apoio para a manutenção da lei e da ordem após as inundações que atingiram a região desde o final de abril e ao longo de maio deste ano.

19

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação do G20 (Manaus - AM). O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é o coordenador do GT.
- Data comemorativa da saúde em referência à promulgação da Lei 8.080/1990, que regulamentou o direito universal à saúde inscrito na Constituição Federal.

21

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Turismo do G20. O Ministério do Turismo é o coordenador do GT (Belém-PA).
- Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

22

- Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas (RARDP) indica a evolução das receitas e despesas primárias do Governo Central e aponta as estimativas de contingenciamento ou bloqueio, quando necessárias ao cumprimento da meta fiscal estabelecida para cada exercício.<sup>1</sup>

24

- O presidente Lula participa da abertura do chamado debate geral da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, e das reuniões de alto nível ao longo dessa semana. O presidente pretende promover também um encontro de lideranças de governos democráticos contra o extremismo, a princípio, no próprio dia

---

<sup>1</sup> O documento é produzido pelos Ministério do Planejamento e Orçamento (Secretaria de Orçamento Federal, Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil) e Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais).



24. Lula também manifestou interesse em encontrar-se, a caminho da Assembleia, com o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador.

26

- Prazo final aberto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a participação na tomada de subsídios que trata da modernização das tarifas de energia elétrica no país. O ministro de Minas e Energia também prometeu para este mês apresentar uma reforma do sistema elétrico, que envolveria tanto a questão tarifária quanto a retomada dos planos para a expansão da produção de energia nuclear.

27

- O Novo PAC Seleções foi lançado há um ano. À época, foram anunciados investimentos de R\$ 65,2 bilhões, com a participação direta de Estados, Municípios e Distrito Federal no processo de seleção das obras e equipamentos.

30

- Pagamento da 5ª parcela que premia a frequência escolar no programa Pé de Meia (de 30 de setembro a 7 de outubro). (Brasil, 2024).
- Grupo de trabalho W20 se reúne no Rio de Janeiro para propor recomendações de políticas públicas para fortalecer a presença e protagonismo das mulheres na economia.
- Fim da propaganda eleitoral no rádio e na tv para as eleições municipais.

### **Ao longo do mês:**

- A partir do final de setembro e, com maior intensidade, nos meses de outubro e novembro, o país sofre os maiores impactos do fenômeno La Niña. As estimativas são de um prolongamento da estiagem no Sul (ao contrário de 2023, quando o Estado foi afetado por fortes chuvas e inundações) e chuvas abundantes apenas no extremo da região Norte, parte do Nordeste e Minas Gerais. O Pantanal e o estado do Amazonas têm prognósticos preocupantes de seca extrema. No Pantanal, dada a degradação do bioma e as consequências no nível extremamente baixo do Rio Paraguai, a região atravessará um período de seca extrema que pode estender-se por mais tempo,

acarretando uma degradação ainda maior e um risco elevado de incêndios. A Defesa Civil do Amazonas, por sua vez, emitiu alerta de que o período de estiagem no estado pode ser ainda mais severo que o registrado no ano passado.

- O diretor Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central do Brasil e indicado pelo presidente Lula para assumir a Presidência do Banco Central, a partir de 2025, pode ser sabatinado no Senado ainda em setembro—caso seja atendida a solicitação oficializada pelo líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner.
- O Congresso Nacional deve concluir a regulamentação das chamadas "emendas pix" para que passem a contar com critérios de transparência, rastreabilidade e correção. Haverá também uma regra para que as emendas individuais, de bancada e de comissões tenham seu crescimento associado às metas fiscais. Após a regulamentação legislativa, abre-se prazo para a manifestação da Procuradoria-Geral da República e, por fim, decisão do pleno do Supremo Tribunal Federal. As emendas foram suspensas por decisão do ministro do STF, Flávio Dino.
- Projetos que limitam poderes de ministros do Supremo Tribunal Federal em decisões monocráticas podem ser votados na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na semana do esforço concentrado (dias 9 a 13).
- Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20 (Nova York, em data exata, em setembro, ainda a definir).
- Grupo de especialistas da ONU, o chamado Mecanismo Internacional Independente de Especialistas para Promover a Justiça Racial e a Igualdade no Contexto da Aplicação da Lei, apresentará relatório que aponta, de um lado, os crimes impunes perpetrados contra a população negra no Brasil e a efetividade ou não da aplicação de leis de proteção a essa população. Ao mesmo tempo, o documento deve enaltecer a importância das cotas raciais no funcionalismo público e da recriação do Ministério da Igualdade Racial.
- A Petrobrás apresenta o seu Plano Estratégico para o quinquênio 2024-2028. Estão previstos investimentos de até 102 bilhões de dólares, incremento de 31% em relação ao período anterior. A meta principal é iniciar a integração de fontes energéticas que permita uma transição energética justa e responsável.
- Espera-se que, em setembro, já esteja em operação o plano de contingência para diagnóstico e tratamento do mpox, diante do risco de contaminações pela doença no país. O Brasil tem média (dados de agosto) de 40 a 50 novos casos de mpox por mês, o que ainda indica casos isolados. Entre as medidas previstas estão a compra e

distribuição de testes de diagnóstico, o alerta para viajantes e atualização do plano de contingências. Não há possibilidade de aquisição de vacinas para vacinação em massa. O Ministério da Saúde do Brasil negocia a compra emergencial de 25 mil doses. O produtor da vacina, que é um laboratório da Noruega, tem uma produção anual muito pequena. O público-alvo normalmente incluiu pessoas vivendo com HIV/aids de 18 a 49 anos e profissionais de laboratórios que trabalham com o Orthopoxvirus.

- O comitê de política monetária do banco central dos Estados Unidos ("Federal Open Market Committee of the Federal Reserve") promove reunião nos dias 17 e 18. Há uma expectativa de que a reunião confirme a sinalização, dada em agosto, de um corte na taxa de juros daquele país, o que pode influir também na decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, que se reúne nas mesmas datas.
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania deve lançar o quarto Relatório Nacional sobre o cumprimento da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.
- O Governo Federal anunciou para este mês o início das concessões de crédito do programa Acredita. O programa oferece taxas de juros diferenciadas para pequenos empreendedores, em especial os que constam do CadÚnico, que contarão com microcrédito orientado, e empresas de pequeno porte.
- A crise hídrica amazônica afeta o abastecimento de água potável e a segurança alimentar das populações ribeirinhas. Também compromete o transporte de carga pelas hidrovias e pode acarretar uma baixa nos reservatórios das 17 usinas hidrelétricas que contribuem com quase um quarto da produção do Sistema Interligado Nacional. Na região do Rio Madeira, a seca é a mais grave dos últimos 60 anos. Desde julho, o Acre decretou situação de emergência ambiental por conta da estiagem.
- O governo deve editar novo decreto em substituição ao de nº 11.615, de 2023, sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Do contrário, deve ir a voto projeto de Decreto Legislativo, em discussão no Senado Federal, que susta a norma em vigor.
- O projeto de lei 2234, de 2022, que permite legalizar jogos de apostas no Brasil, pode ir a plenário, no Senado. O projeto legaliza apostas em corridas de cavalos, jogo do bicho (proibido desde 1941) e cassinos (proibidos desde 1946). Se aprovado, serão liberados para operação cassinos, máquinas de sorte, bingos, jogos de atividades mentais, corridas de cavalos e o jogo do bicho, considerado contravenção desde 1941.

- Aguardam sanção ou veto presidenciais o projeto de lei 2258, de 2022, que altera as normas gerais relativas a concursos públicos. Também o projeto 13, de 2020, que trata da política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e de semicondutores, estabelecendo um regime de concessão de incentivos e estímulos à tecnologia nacional, por meio do Programa Brasil Semicondutores.

### **3 ANÁLISE**

#### ***Eleições municipais e o peso do extremismo:***

Setembro é a reta final das eleições municipais. Além das disputas que irão marcar uma nova configuração do quadro político da federação, o resultado do pleito vai permitir "aferir o tamanho e a evolução do extremismo. Essas eleições dirão em que medida o extremismo é uma força em ascensão ou em processo de isolamento e esvaziamento na política nacional, e quanto sua agenda reacionária pode influir nacionalmente" (Lassance, 2024c). O extremismo tem suas próprias agendas, em âmbito nacional, e seu peso eleitoral é um indicador do grau de protagonismo ou ostracismo que terão tais agendas.

#### ***Emergência climática e impactos para a transição energética:***

O mês pode prolongar a estiagem e a insegurança hídrica, principalmente, na região Norte e parte do Centro-Oeste. O quadro reafirma a sinalização feita em nosso estudo anterior:

"É provável que programas de convivência com a seca, como os de construção de açudes e cisternas, tenham pela primeira vez que ser implementados em maior escala em regiões que nunca passaram por estiagens tão longas, como algumas partes da Amazônica, da região Sul e no Pantanal." (Lassance, 2024c).

O impacto das queimadas de agosto levanta riscos de comprometimento do abastecimento de água ainda maiores nas regiões amazônica e pantaneira, além de agora se estender também ao Estado de São Paulo. A situação de seca pode vir a se tornar mais aguda, a partir de setembro, também na região Sul.

Outro risco é de redução da produção de etanol, com possíveis impactos futuros no preço dos combustíveis e dos índices de inflação, além de um encarecimento do preço do açúcar e de outros produtos alimentícios afetados pela estiagem, pressionando a inflação de alimentos. Por sua vez, enquanto o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que as

contas de luz ficariam mais baratas em setembro, entre 2,5 e dez por cento, a depender do estado (Mazenotti, 2024), há o risco de parte dessa redução ser anulada pelo acionamento da bandeira vermelha.

O Ministério de Minas e Energia fez o anúncio do barateamento da conta de luz em razão de o governo ter equacionado a situação de dívidas anteriores com o sistema elétrico, em torno de 11,8 bilhões de reais, acumuladas durante a pandemia do Covid-19 e no período de crise hídrica, havido entre 2020 e 2021. Naquele momento, as distribuidoras tiveram que arcar com um custo maior da energia devido à escassez de chuvas. Porém, conforme dados do Operador Nacional do Sistema, a estiagem prolongada em vários estados da região Norte e em algumas áreas do Sudeste, agora agravada com o advento dos incêndios, torna ainda mais drástica a diminuição do volume de energia gerada pelas hidrelétricas. O quadro trará a necessidade de contratação de um volume maior de energia produzida por termelétricas, o que eleva o risco de acionamento da bandeira tarifária mais cara.

A situação também torna ainda mais urgente a agenda da transição energética, o que coincide com o processo de levantamento de subsídios para uma nova política de modernização das tarifas de energia elétrica no país e com a proposta de uma reforma do sistema elétrico. A ideia, para além da questão da modernização tarifária, envolve a retomada da agenda de expansão da produção de energia nuclear no país, que havia sido abandonada diante das críticas ao projeto de Angra 3. A emergência climática também fortalece a agenda de ampliação da produção de energia solar e eólica e traz à cena a possível rediscussão do marco legal do mercado livre de energia.

### ***Política fiscal, monetária e a aceleração do crescimento***

O mês marca um ano do lançamento do Novo PAC Seleções, o que sugere a oportunidade de um balanço das realizações obtidas até agora e o estágio das principais obras de infraestrutura proporcionadas pelo programa.

Em paralelo, o mês condensa três eventos importantes no calendário da agenda de crescimento com sustentabilidade: uma nova divulgação do Produto Interno Bruto (Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, pelo IBGE), com expectativa de consolidação de uma elevação desse indicador, apontando para a superação das previsões anteriores do mercado, que eram mais modestas. O segundo evento dessa agenda é Reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (dias 17 e 18), que definirá a taxa de juros básica arbitrada pelo Banco.

Finalmente, a possibilidade de sabatina do indicado para a sucessão à presidência do Banco Central, a partir de 2025.

A agenda fiscal tem suas questões mais importantes agregadas em torno: i) da repercussão sobre a proposta de orçamento para 2025 (a ser enviada até 31 de agosto); ii) da solução para a recomposição do gasto tributário com a desoneração da cobrança de imposto previdenciário sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e municípios com até 156 mil habitantes; iii) da regulamentação das "emendas pix" e das emendas de bancada, de comissões e individuais pelo Congresso Nacional.

Tendo em vista o prazo legal de 31 de agosto para o envio, pelo Poder Executivo, do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 ao Congresso, em setembro é que se tornarão conhecidas e começarão a ser discutidas as medidas necessárias para aproximar a previsão de receitas e gastos da meta de déficit zero para o ano que vem.

Além disso, a proposta precisa prever e compensar os gastos tributários, como o da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios com até 156 mil habitantes. Espera-se criar uma garantia legal de receita, cumprindo o princípio da anterioridade, capaz de fazer frente a uma eventual frustração de receitas caso o projeto de reoneração não seja aprovado até o dia 11 de setembro, data limite estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal para que seja dada solução a essa questão. O Ministério da Fazenda já aventou publicamente que, caso não haja uma solução de reoneração, mesmo que gradual, firmada pelo Congresso, a única alternativa seria que esse gasto tributário seja compensado pela elevação de outros tributos pelo conjunto dos setores produtivos para custear o custo orçamentário da desoneração.

A alternativa já cogitada pela Fazenda é de a proposta orçamentária prever a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e do mecanismo de apuração dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Embora tecnicamente defensável, a questão tem potencial para gerar uma exposição negativa do governo, tendo em vista que a agenda da guerra contra os impostos é um traço básico do discurso oposicionista, mesmo que a carga tributária atual tenha decrescido em relação à de gestões anteriores e que a proposta de reforma tributária sinalize com uma redução ainda mais significativa, no médio e longo prazo—reforma cujas discussões no Senado devem ocorrer apenas a partir de outubro.

A regulamentação das "emendas pix" e das emendas de bancada, de comissões e individuais pelo Congresso Nacional têm data marcada, em setembro. A regulação congressual

permanece judicializada. Significa que, além de ajustar a execução futura das emendas parlamentares, tem o potencial para revelar usos passados bastante controversos e passíveis de impugnação, assim que a nova regra sobre essas emendas traga critérios de transparência, rastreabilidade e correção.

## ANEXO 1

### Medidas provisórias em tramitação<sup>2</sup>:

Na Coordenação de Comissões Mistas (39 medidas provisórias)

MPV 1253/2024

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS na área da saúde

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 308.250.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

6º dia

Prazo de 60 dias

13/10/2024

Prazo de emendas

21/08/2024

MPV 1252/2024

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de habitação, infraestrutura hidroviária e recuperação do TRE

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 1.625.802.558,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

8º dia

Prazo de 60 dias

11/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1251/2024

Isenção do imposto de renda aos prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos

---

<sup>2</sup> Fonte: Portal do Congresso Nacional. Disponível em:  
<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias>



#### Ementa

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos, nas hipóteses que especifica.

Dia de tramitação

13º dia

Prazo de 60 dias

06/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

#### MPV 1250/2024

Apoio financeiro às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do RS não contemplados pelas MPVs nºs 1.219 e 1.228, ambas de 2024

#### Ementa

Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

14º dia

Prazo de 60 dias

05/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

#### MPV 1249/2024

Alteração no Programa Mover - Importação de autopeças

#### Ementa

Altera a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação - Programa Mover.

Dia de tramitação

16º dia

Prazo de 60 dias

03/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1248/2024

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de ensino superior, educação básica, atividades artísticas e culturais e subvenção econômica no âmbito do PRONAMPE

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.454.799.092,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

19º dia

Prazo de 60 dias

30/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1247/2024

Desconto em operações de crédito rural para produtores do RS

Ementa

Autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica, sob a forma de desconto para liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural de custeio, de investimento e de industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecido pelo Poder Executivo federal, e altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

Dia de tramitação

21º dia

Prazo de 60 dias

28/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1246/2024

Crédito extraordinário - Apoio financeiro para contratação de seguro rural e recuperação de unidades da Embrapa no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 230.891.005,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

33° dia

Prazo de 60 dias

16/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1245/2024

Aumento do limite da subvenção econômica, prevista na MPV nº 1.216, de 2024, para pequenas empresas afetadas pelas enchentes do RS

Ementa

Aumenta o limite da subvenção econômica de que trata o art. 2º, caput, da Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024.

Dia de tramitação

34° dia

Prazo de 60 dias

15/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1244/2024

Crédito extraordinário - Complementação das medidas emergenciais para enfrentamento do estado de calamidade pública no RS

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Banco Central do Brasil; e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.253.601.800,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

34º dia

Prazo de 60 dias

15/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1243/2024

Crédito extraordinário - Medidas Emergenciais para recuperação da infraestrutura da Justiça do Trabalho e do MPU no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, no valor de R\$ 27.163.242,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

34º dia

Prazo de 60 dias

15/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1242/2024

Reforma de escolas públicas da educação básica no RS

Ementa

Autoriza o Poder Executivo federal a transferir recursos financeiros destinados a reformas em escolas públicas da educação básica com comprometimento estrutural decorrente de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul.

Dia de tramitação

40º dia

Prazo de 60 dias

09/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1241/2024

Crédito extraordinário - Combate a incêndios florestais no Pantanal

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e da Defesa, no valor de R\$ 137.638.217,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

40º dia

Prazo de 60 dias

09/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1240/2024

Dispensa de acordo bilateral ou reciprocidade para a utilização de tripulação estrangeira nos serviços aéreos em situações de emergência, inclusive ambiental, e estado de calamidade pública

Ementa

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica.

Dia de tramitação

42º dia

Prazo de 60 dias

07/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1239/2024

Contratação temporária de brigadistas pelo Ibama e ICMBio para combate a incêndios florestais

Ementa

Altera a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre o prazo de recontração de pessoal por tempo determinado para atender aos casos de prevenção, controle e combate de incêndios florestais.

Dia de tramitação

43º dia

Prazo de 60 dias

06/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1238/2024

Crédito extraordinário - Recomposição orçamentária do Poder Judiciário Federal e do CNMP

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

48º dia

Prazo de 60 dias

01/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1237/2024

Crédito extraordinário - Novas medidas emergenciais para enfrentamento do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.036.694.007,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

48º dia

Prazo de 60 dias

01/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1236/2024

Alteração no Regime de Tributação Simplificada das remessas postais internacionais e no Programa Mover

Ementa

Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).

Dia de tramitação

54º dia

Prazo de 60 dias

26/08/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1235/2024

Crédito extraordinário - Apoio a famílias desalojadas ou desabrigadas no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 689.689.688,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

63º dia

Prazo de 60 dias

17/08/2024

Prazo de 120 dias

16/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1234/2024

Alteração da MPV nº 1.230, de 2024

Ementa

Altera a Medida Provisória nº 1.230, de 7 de junho de 2024, para dispor sobre a elegibilidade para recebimento do Apoio Financeiro destinado às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos e às pescadoras e aos pescadores profissionais artesanais em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

64º dia

Prazo de 60 dias

16/08/2024

Prazo de 120 dias

15/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1233/2024

Crédito extraordinário - Ações emergenciais no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Fazenda, das Cidades, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 17.587.897.059,00, para os fins que especifica.



Dia de tramitação

64º dia

Prazo de 60 dias

16/08/2024

Prazo de 120 dias

15/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1232/2024

Distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas

Ementa

Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

Dia de tramitação

69º dia

Prazo de 60 dias

11/08/2024

Prazo de 120 dias

10/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1231/2024

Crédito extraordinário - Apoio financeiro aos Municípios do RS em estado de calamidade pública

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 124.060.365,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

70º dia

Prazo de 60 dias

10/08/2024

Prazo de 120 dias

09/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1230/2024

Apoio financeiro a trabalhadores com vínculo formal de emprego em municípios do RS em estado de calamidade pública

Ementa

Institui Apoio Financeiro com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores com vínculo formal de emprego.

Dia de tramitação

75º dia

Prazo de 60 dias

05/08/2024

Prazo de 120 dias

04/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1229/2024

Apoio financeiro aos Municípios do RS em estado de calamidade pública não contemplados pela MPV nº 1.222, de 2024.

Ementa

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal que não tenham sido contemplados pela Medida Provisória nº 1.222, de 21 de maio de 2024.

Dia de tramitação

75º dia

Prazo de 60 dias

05/08/2024

Prazo de 120 dias

04/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1228/2024

Apoio financeiro a famílias desalojadas ou desabrigadas em municípios do RS não contemplados pela MPV nº 1.219, de 2024

Ementa

Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

75º dia

Prazo de 60 dias

05/08/2024

Prazo de 120 dias

04/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1227/2024

Alterações na legislação tributária federal

Ementa

Prevê condições para fruição de benefícios fiscais, delega competência para julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, limita a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e revoga hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Dia de tramitação

78º dia

Prazo de 60 dias

02/08/2024

Prazo de 120 dias

01/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1226/2024

Fonte de recursos para financiamentos destinados a pessoas jurídicas e físicas localizadas em ente federativo em estado de calamidade pública

Ementa

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para autorizar a utilização do superávit financeiro do Fundo Social como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas jurídicas e físicas localizadas em ente federativo em estado de calamidade pública, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, autoriza a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural com beneficiários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, e dispõe sobre a subvenção de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024.

Dia de tramitação

84º dia

Prazo de 60 dias

27/07/2024

Prazo de 120 dias

25/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1225/2024

Crédito extraordinário - Importação de arroz

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no valor de R\$ 6.698.923.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

89º dia

Prazo de 60 dias

22/07/2024

Prazo de 120 dias

20/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1224/2024

Autoriza a venda direta de arroz beneficiado importado pela Conab

Ementa

Autoriza modalidade de venda de arroz beneficiado importado pela Companhia Nacional de Abastecimento para enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos extremos no Estado do Rio Grande do Sul.

Dia de tramitação

89º dia

Prazo de 60 dias

22/07/2024

Prazo de 120 dias

20/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1223/2024

Crédito extraordinário - Medidas emergenciais para enfrentamento do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, da Defensoria Pública da União, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.828.262.094,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

90º dia

Prazo de 60 dias

21/07/2024

Prazo de 120 dias

19/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1222/2024

Prestação de apoio financeiro a municípios do Estado do Rio Grande do Sul em estado de calamidade pública

Ementa

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

92º dia

Prazo de 60 dias

19/07/2024

Prazo de 120 dias

17/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1221/2024

Flexibilização dos procedimentos para licitações e contratos administrativos em estado de calamidade pública

Ementa

Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.

Dia de tramitação

96º dia

Prazo de 60 dias

15/07/2024

Prazo de 120 dias

13/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1220/2024

Criação da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul

Ementa

Cria a Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul.

Dia de tramitação

98º dia

Prazo de 60 dias

13/07/2024

Prazo de 120 dias

11/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1219/2024

Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas devido aos eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul

Ementa

Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

98º dia

Prazo de 60 dias

13/07/2024

Prazo de 120 dias

11/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1217/2024

Autoriza a importação de arroz pela Conab devido aos eventos climáticos extremos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul

Ementa

Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a importar arroz beneficiado ou em casca para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos extremos no Estado do Rio Grande do Sul.

Dia de tramitação

104º dia

Prazo de 60 dias

07/07/2024

Prazo de 120 dias

05/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado



MPV 1216/2024

Subvenção econômica para atendimento às áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos localizadas no Estado do Rio Grande do Sul

Ementa

Autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica a mutuários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do disposto no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020; autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica para constituição de escritórios de projetos; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito, tendo em vista os efeitos negativos decorrentes de desastres naturais; e dá outras providências.

Dia de tramitação

104º dia

Prazo de 60 dias

07/07/2024

Prazo de 120 dias

05/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1215/2024

Prorrogação de contratos de profissionais de saúde nos Hospitais e Institutos Federais no Município do Rio de Janeiro

Ementa

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde.

Dia de tramitação

106º dia

Prazo de 60 dias

05/07/2024

Prazo de 120 dias

03/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1213/2024

Instituição do Procred 360 e dos Programas Acredita no Primeiro Passo, Eco Invest Brasil e Desenrola Pequenos Negócios

Ementa

Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e dá outras providências.

Dia de tramitação

120º dia

Prazo de 60 dias

21/06/2024

Prazo de 120 dias

20/08/2024

Prazo de emendas

Encerrado

Na Câmara dos Deputados (2 medidas provisórias)

MPV 1218/2024

Crédito extraordinário - Medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

102º dia

Prazo de 60 dias

09/07/2024

Prazo de 120 dias

07/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1214/2024

Crédito extraordinário - Medidas emergenciais em decorrência do fenômeno "El Niño"

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 369.000.000,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

113º dia

Prazo de 60 dias

28/06/2024

Prazo de 120 dias

27/08/2024

Prazo de emendas

Encerrado

## **ANEXO 2**

### **Matérias aguardando sanção ou veto presidenciais:**

PL 5979/2019 (PL 6974/2013, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

Recebimento pela Presidência:

15/08/2024

Prazo para sanção:

04/09/2024

PL 4731/2023 (PL 4731/2023, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) móveis e eletrodomésticos da linha branca destinados aos residentes em áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos.

Recebimento pela Presidência:

15/08/2024

Prazo para sanção:

04/09/2024

PL 397/2024 (PL 397/2024, no Senado Federal)

Ementa:

Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas.

Recebimento pela Presidência:

20/08/2024

Prazo para sanção:

09/09/2024

Substitutivo da Câmara dos Deputados 6/2016 (PL 4238/2012, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis n°s 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis n°s 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis n°s 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória n° 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Recebimento pela Presidência:

21/08/2024

Prazo para sanção:

10/09/2024

PL 2258/2022 (Substitutivo-CD) (PL 252/2003, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.

Recebimento pela Presidência:

21/08/2024

Prazo para sanção:

10/09/2024

PL 13/2020 (PL 13/2020, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Aperfeiçoa a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores; adequa o prazo de concessão de incentivos e de estímulo à tecnologia nacional; cria o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon); e altera o Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis n°s 8.248, de 23 de outubro de 1991, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

Recebimento pela Presidência:

22/08/2024

Prazo para sanção:

11/09/2024

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria no 792, de 15 de agosto de 2024**: altera a Portaria MEC nº 83, de 7 de fevereiro de 2024, que estabelece normas e procedimentos para a gestão do Programa Pé-de-Meia. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-792-de-15-de-agosto-de-2024-578446553>

LASSANCE, Antonio. **Como fazer o rastreamento de agendas político-institucionais?** Teoria, metodologia e técnicas de pesquisa para prospectar eventos futuros e antecipar seu impacto na agenda de políticas públicas. Brasília: Ipea. Texto para Discussão nº 3011 (publicação expressa). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=51606ede-f64f-4e69-8422-db64ef4628da>

LASSANCE, Antonio. **Calendário político-institucional do estado brasileiro 2024**. Texto para Discussão nº 3012 (publicação expressa). Brasília: Ipea, 2004b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=c5ea25bd-c8fd-42f2-a5d5-d7cecaecc6f1>

LASSANCE, Antonio. **Análise da agenda político-institucional do estado brasileiro 2024**. Texto para Discussão nº 3013 (publicação expressa). Brasília: Ipea, 2024c. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=70a4b01b-6991-4c69-8781-425bcd809102>

MAZENOTTI, Priscilla. Governo anuncia queda de até 10% nas contas de luz em setembro. Brasília: **Agência Brasil**, 8 de agosto de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-08/governo-anuncia-queda-de-ate-10-nas-contas-de-luz-em-setembro>

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. V. de. *et al.* Desigualdades regionais na saúde: Mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, p. 1055-1064, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3hIJGVR>>.

ALBUQUERQUE, M. V. de.; RIBEIRO, L. H. L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da covid-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, p. e00208720, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ggwDdV>>.

AMARAL, P. *et al.* Distribuição espacial de equipamentos de mamografia no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 326-341, maio-ago. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3OhzY9c>>.